

# **Demonstrações Financeiras**

**Sá Carvalho S.A.**

31 de dezembro de 2022  
com Relatório do Auditor Independente

## SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022.....	1
BALANÇO SOCIAL.....	6
BALANÇOS PATRIMONIAIS .....	7
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS .....	9
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	10
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	11
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	12
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	13
1. CONTEXTO OPERACIONAL .....	13
2. BASE DE PREPARAÇÃO .....	13
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....	16
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	17
5. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS.....	17
6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS .....	18
7. DEPÓSITOS JUDICIAIS.....	18
8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL.....	19
9. FORNECEDORES .....	23
10. PROVISÕES .....	23
11. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES .....	24
12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	24
13. ENCARGOS SETORIAIS .....	26
14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	26
15. RECEITA .....	28
16. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS .....	29
17. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	29
18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS .....	30
19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS .....	31
<b>PARECER DO CONSELHO FISCAL.....</b>	<b>35</b>
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	36

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

Senhores Acionistas,

A Sá Carvalho S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

### A Sá Carvalho

A Sá Carvalho S.A. é uma sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A.-Cemig GT e tem sede e foro em Belo Horizonte Estado de Minas Gerais, na Av. Barbacena, 1200, Subsolo 1, Sala 5, Bairro Santo Agostinho e tem por objeto social a produção e a comercialização de energia elétrica, como de concessionária de serviços públicos, através da Usina Hidrelétrica de Sá Carvalho, localizada no Rio Piracicaba, no Município de Antônio Dias, Estado de Minas Gerais

### COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 era de R\$36.833 mil, dividido em 361.200.000 (trezentos e sessenta e um milhões, duzentos mil) ações, sendo 120.401.400 (cento e vinte milhões, quatrocentos e um mil e quatrocentas) ações ordinárias e 240.798.600 (duzentos e quarenta milhões, setecentos e noventa e oito mil e seiscentas) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão – CEMIG GT.

### DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

#### ***Resultado do exercício***

A Companhia obteve um lucro líquido de R\$ 61.505 mil em 2022, em comparação a R\$59.675 mil no exercício de 2021, representando aumento de 3,07% justificado principalmente pela redução do custo com energia elétrica comprada para revenda.

#### ***Receita operacional***

O fornecimento de energia elétrica para os clientes totalizou 471.987 MWh (não auditado) durante o exercício de 2022 (471.897 MWh em 2021). O fornecimento bruto auferido foi de R\$161.364 mil em 2022, comparado a R\$140.821 mil no exercício de 2021.

#### ***Custos e despesas operacionais***

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$29.212 mil em 2022, comparado a R\$52.395 mil em 2021, apresentando variação de 55,75%, justificada pela redução da energia elétrica comprada para revenda.

**Imposto de renda e contribuição social**

Em 2022, a Companhia apurou o montante de R\$30.700 mil, referente ao imposto de renda e contribuição social, representando 34% em relação ao lucro de R\$ 92.205 mil antes dos efeitos fiscais. Comparativamente, em 2021, a Companhia apurou o montante de R\$30.152 mil, representando 66% em relação ao lucro de R\$89.827 mil antes dos efeitos fiscais. Os valores de imposto de renda e contribuição social aumentaram na mesma proporção que aumentaram o resultado antes dos impostos.

**Lucro antes dos juros, tributos, depreciação e amortização - LAJIDA**

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2022, o LAJIDA foi de R\$ 100.440 mil (R\$98.479 mil em 2021) e a margem do LAJIDA foi de 86,51% no mesmo período (97,09% em 2021), conforme demonstrado a seguir:

R\$ mil	2022	2021	Var. %
<b>Resultado líquido</b>	61.505	59.675	3,07
Despesa de IR e CS	30.700	30.152	1,82
Resultado financeiro	(5.316)	(1.098)	384,15
Depreciação e amortização	13.551	9.750	38,98
<b>LAJIDA</b>	<b>100.440</b>	<b>98.479</b>	<b>1,99</b>

Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras consolidadas, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

**SEGURANÇA DE BARRAGENS**

A Companhia segue as mesmas diretrizes de segurança de barragens de sua controladora, Cemig GT, sendo esta responsável pelo investimento, manutenção e segurança das barragens do Grupo Cemig, por meio de contrato de operação e manutenção.

O processo realizado pela Cemig GT que visa garantir a segurança das barragens utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais, atendendo também à lei federal 12.334/2010, alterada pela Lei 14.066/2020, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a sua regulamentação associada (Resolução Normativa nº 696/2015 da Aneel).

Neste contexto, são contemplados os procedimentos de inspeção em campo, coleta e análise de dados de instrumentação, elaboração e atualização dos planos de segurança das barragens, planejamento e acompanhamento de serviços de manutenção, análise dos resultados e classificação das estruturas civis. Tendo como base a classificação das

estruturas, são estabelecidas a frequência das inspeções de segurança e a rotina de monitoramento.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da Cemig GT, usualmente, equipe multidisciplinar de especialistas externos.

Estão disponíveis, atualmente, planos de ação de emergências (“PAE”) específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

- Identificação e análise de possíveis situações de emergência;
- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;
- Procedimentos de notificação;
- Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência;
- Responsabilidades; e
- Divulgação, treinamento e atualização.

Os Planos de Ação de Emergências são documentos que sofrem atualizações ao longo do tempo, incorporando novos dados e metodologias, a fim de buscar sua efetividade durante um evento crítico. Buscando dar celeridade à tomada de decisão, a preparação para a emergência é dividida em duas vertentes: ações internas do empreendedor e ações externas de notificação e alerta. Para o segundo objetivo, a Cemig protocolou um plano de comunicação junto às Defesas Civas e prefeituras de jusante de seus barramentos, oficializando os limites de cada nível de alerta e quais são os canais de comunicação a serem realizados. Junto aos planos de comunicação, foram protocolados mapas de inundação para cheias naturais, além das manchas hipotéticas de ruptura.

Mantendo sua política de estreitar o relacionamento com o público externo, em 2022, a Cemig manteve o foco em ações que promovessem a integração dos PAEs - Planos de Ação de Emergência de suas usinas junto aos PLANCONs - Planos de Contingência dos municípios correlacionados. Continuamente ao ano de 2021, os trabalhos foram feitos com as COMPDECs-Coordenadorias Municipais de Proteção e de Defesa Civil e foram realizadas reuniões presenciais e virtuais para oficinas de trabalho e treinamentos.

Em 2022, a Cemig continuou trabalhando temas inseridos no tratamento da Lei nº 12.334/2010 (14.066/2020) e Resolução Normativa ANEEL nº 696/2015, apresentando a estratégia de Alerta/Alarme e meios de comunicação em cenários de emergências em rupturas de barragem que serão efetivadas junto às comunidades potencialmente afetadas.

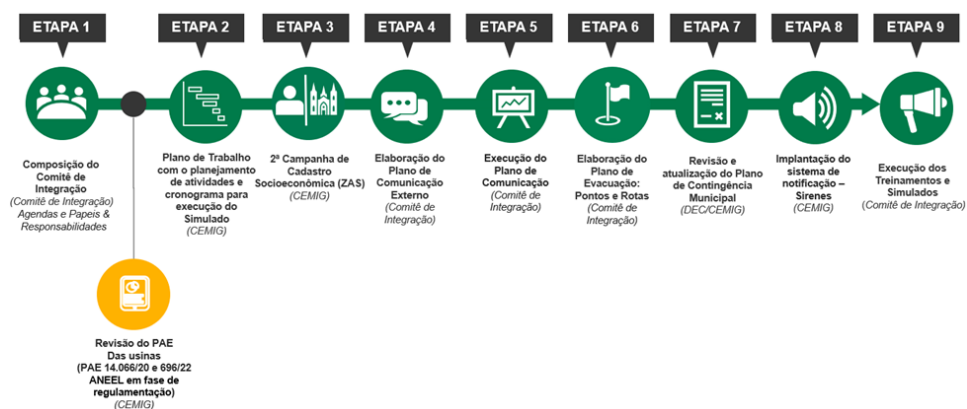
Os PAEs também focam na apresentação de riscos de inundação causados por cheias ordinárias, além dos possíveis eventos de ruptura de barragens. A intenção é construir uma cultura de prontidão para situações de cheias para as comunidades instaladas ao

longo dos rios onde estão as usinas da Cemig, já que as cheias são eventos mais recorrentes.

Nos anos de 2020 e 2021, as tratativas dos PAEs das barragens da empresa, junto às Defesas Civas Municipais, foram feitas de “modo individual” e com pauta específica, e usado a bandeira do “Programa Proximidade”. A partir de julho de 2022, a Gerência de Planejamento Energético da CEMIG, como responsável pelo relacionamento com as Defesas Civas Municipais, criou o “Projeto VAMOS”, que concentra uma metodologia dedicada para integração dos PAEs aos PLANCONs, visando a melhoria e uniformização dessas tratativas.

Como etapa inicial foram constituídos CIs- Comitês de Integração do PAE, de cada barragem, fórum multidisciplinar que conta com a representação de vários atores dos municípios, ambiente em que as tratativas dos PAEs passaram a ocorrer de modo grupal. Participam, minimamente, as instituições de interesse direto para o tema, quais sejam, COMPDECs, Defesas Civas Municipais, REDECs (Regionais de Defesa Civil Estadual) e unidades dos CBMMG (Corpo de Bombeiros Militar do Estado de MG), correlatos aos municípios mapeados.

No total foram constituídos 16 CIs que trataram os temas listados na figura abaixo:



Além do plano citado, em especial, também foram executados em 2022:

1. Treinamentos para difusão do App. PROX (App. de Gestão de Riscos)
2. Debates com a comunidade para criação e melhorias do perfil população no App. PROX, visando disponibilização de outros cenários de riscos (incêndios, deslizamentos, enchentes) e melhorias na interatividade para cenários de ruptura de barragens e de cheias (manchas de inundação e proximidade de rotas de fuga e pontos de encontro)
3. Proposição de Rotas de Fuga e Pontos de Encontro na ZAS-Zona de Auto salvamento de 03 barragens (remanescentes do ano 2021)
4. Instalação de Sinalização de Alerta (placas Rotas de fuga e Pontos de Encontro) em 05 municípios.
5. Em continuidade das ações do P&D de desenvolvimento do DIN – Dispositivo Individual de Notificação, foram distribuídos, gratuitamente, cerca de 900 aparelhos para a população mapeada e cadastrada na ZAS das barragens das pequenas centrais Hidrelétricas, “PCHs” Cajuru e Piau, nos municípios de

Divinópolis, Carmo do Cajuru e Piau. O projeto contemplará 20 barragens em 27 municípios.

Ainda no ano de 2022, após 03 anos de paralisação devido às restrições da Pandemia COVID-19, o “Programa Proximidade” retomou a realização de suas reuniões presenciais, com 04 eventos ocorridos (UHEs Queimado, Nova Ponte, Emborcação e Irapé). Estes eventos contaram com a participação de cerca de 140 pessoas, dos mais diversos públicos e instituições, inclusive, de órgãos de resposta a emergências (Defesas Civas Municipais e Corpo de Bombeiros). Além dos temas relacionados à operação das usinas (Meteorologia, Operação do Reservatório, Segurança de Barragem e Ações Socioambientais), ocorreram também a divulgação e disponibilização do App. PROX (App. móvel de Gestão de Riscos) e apresentações relacionadas aos PAEs.

## **PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO**

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária – AGO, a ser realizada em 2023, que, ao resultado do exercício no montante de R\$ 61.505 mil, e do saldo de lucros acumulados no valor de R\$1.966 mil, referentes à realização da reserva de ajustes de avaliação, seja dada a seguinte destinação:

- R\$30.923 mil para pagamento de dividendos obrigatórios;
- R\$ 31.735 mil para pagamento de dividendos adicionais; e;
- R\$ 813 mil para pagamento de juros sobre capital próprio.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Administração da Companhia é grata ao Governo do Estado de Minas Gerais, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estendem também os agradecimentos às demais autoridades federais, municipais, à Diretoria da Cemig e, em especial, à dedicação de sua qualificada equipe de empregados.

## BALANÇO SOCIAL (Não auditado)

### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2022

1) Base de cálculo	2021			2022		
	Valor (Mil R\$)			Valor (Mil R\$)		
Receita líquida (RL)						
Resultado operacional (RO)						
Folha de pagamento bruta (FPB)			909			880
2) Indicadores sociais internos	Valor (Mil R\$)	Valor (Mil R\$)	Valor (Mil R\$)	Valor (Mil R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL
Alimentação	113	12,41		116	13,24	
Encargos sociais compulsórios	257	28,26		279	31,72	
Previdência privada	62	6,81		64	7,23	
Saúde	79	8,65		90	10,19	
Participação nos lucros ou resultados	86	9,41		51	5,78	
<b>Total - Indicadores sociais internos</b>	<b>597</b>	<b>65,54</b>		<b>600</b>	<b>68,16</b>	
3) Indicadores sociais externos	Valor (Mil R\$)	Valor (Mil R\$)	Valor (Mil R\$)	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL
Educação	-	-	-			
Cultura	-	-	-			
Doações/Subvenções/Projeto ASIN						
<b>Total das contribuições para a sociedade</b>						
Tributos (excluídos encargos sociais)						
<b>Total – Indicadores sociais externos</b>						
4) Indicadores ambientais	Valor (Mil R\$)	Valor (Mil R\$)	Valor (Mil R\$)	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL
Relacionados com a operação da empresa						
<b>Total dos investimentos em meio ambiente</b>						
5) Indicadores do corpo funcional	2021			2022		
Nº de empregados no final do período			8			6
Nº de admissões durante o período			0			0
Nº de estagiários			0			0
Escolaridade dos empregados						
- Superior e extensão universitária			1			1
- 2º Grau			5			4
- 1º Grau			2			1
- Até 1º Grau incompleto			0			0
Nº de empregados acima de 50 anos			7			6
Nº de mulheres que trabalham na empresa			0			0
% de cargos de chefia ocupados por mulheres			0			0
Nº de negros que trabalham na empresa			5			4
% de cargos de chefia ocupados por negros			0			0



## BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

### ATIVO

	Nota	2022	2021
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	4.589	689
Títulos e valores mobiliários	4	22.227	8.846
Consumidores, concessionárias e permissionárias	5	10.829	9.179
Tributos compensáveis	6	17.122	526
Outros créditos		16	102
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>54.783</b>	<b>19.342</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Títulos e valores mobiliários	4	84	1.819
Tributos compensáveis	6	63	25.605
Depósitos judiciais	7	1.766	1.700
Imobilizado	8	103.456	108.993
Intangível	8	28.413	36.061
Direito de uso		83	78
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>133.865</b>	<b>174.256</b>
<b>ATIVO TOTAL</b>		<b>188.648</b>	<b>193.598</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS****EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021****(Em milhares de Reais)****PASSIVO**

	Nota	2022	2021
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	9	2.523	2.457
Obrigações sociais e trabalhistas		498	438
Impostos, taxas e contribuições	11	4.727	4.071
Imposto de renda e contribuição social	12a	9.983	16.996
Dividendos a pagar	14	31.614	25.821
Encargos setoriais	13	3.502	3.475
Transações com partes relacionadas	18	286	251
Outras obrigações		58	53
Passivo de arrendamentos		11	10
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>53.202</b>	<b>53.572</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Encargos setoriais	13	2.264	2.061
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12b	25.763	29.326
Provisões	10	-	150
Outras obrigações		4	29
Passivo de arrendamentos		79	73
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>28.110</b>	<b>31.639</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>81.312</b>	<b>85.211</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
	14		
Capital social		36.833	36.833
Reservas de lucros		39.102	38.187
Reserva de ajuste de avaliação patrimonial		31.401	33.367
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>107.336</b>	<b>108.387</b>
<b>PASSIVO TOTAL</b>		<b>188.648</b>	<b>193.598</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais, exceto resultado por lote de mil ações)

	Nota	2022	2021
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	15	<b>116.101</b>	<b>101.434</b>
<b>CUSTOS OPERACIONAIS</b>	16		
Custos com energia elétrica		(4.918)	(33.644)
Custos de Operação		(21.593)	(16.088)
		<b>(26.511)</b>	<b>(49.732)</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>89.590</b>	<b>51.702</b>
<b>DESPESA OPERACIONAL</b>			
Despesas gerais e administrativas		(1.876)	(1.910)
Outras despesas operacionais		(825)	(753)
	16	<b>(2.701)</b>	<b>(2.663)</b>
Ganho com ressarcimento do GSF	8	-	39.690
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos</b>		<b>86.889</b>	<b>88.729</b>
Receitas financeiras	17	5.883	1.438
Despesas financeiras	17	(567)	(340)
		<b>5.316</b>	<b>1.098</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>92.205</b>	<b>89.827</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	12c	(34.262)	(18.944)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12c	3.562	(11.208)
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>		<b>61.505</b>	<b>59.675</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES****EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021****(Em milhares de Reais)**

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>61.505</b>	<b>59.675</b>
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>61.505</b>	<b>59.675</b>

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**  
 (Em milhares de Reais, exceto dividendos por lote de mil ações)

	Capital social	Reserva de ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Retenção de lucros		
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020</b>	<b>36.833</b>	<b>35.333</b>	<b>7.367</b>	<b>17.976</b>	-	<b>97.509</b>
Aprovação dividendos adicionais propostos	-	-	-	(17.976)	-	(17.976)
Resultado do exercício	-	-	-	-	59.675	59.675
Realização da reserva de ajustes de avaliação	-	(1.966)	-	-	1.966	-
Destinação do lucro proposta à AGO:						
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	(25.821)	(25.821)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	30.820	(30.820)	-
Dividendos Intermediários	-	-	-	-	(5.000)	(5.000)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021</b>	<b>36.833</b>	<b>33.367</b>	<b>7.367</b>	<b>30.820</b>	-	<b>108.387</b>
Aprovação dividendos adicionais propostos				(30.820)		(30.820)
Resultado do exercício					61.505	61.505
Realização da reserva de ajustes de avaliação		(1.966)			1.966	-
Destinação do lucro proposta à AGO:						
Dividendos obrigatórios					(30.923)	(30.923)
Dividendos adicionais propostos				31.735	(31.735)	-
Juros sobre capital próprio					(813)	(813)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022</b>	<b>36.833</b>	<b>31.401</b>	<b>7.367</b>	<b>31.735</b>	-	<b>107.336</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA****EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021****(Em milhares de Reais)**

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Resultado do exercício	<b>61.505</b>	<b>59.675</b>
Ajustes por:		
Depreciação e amortização (Nota 8)	13.548	9.747
Amortização do direito de uso	3	3
Juros sobre passivo de arrendamentos	11	10
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 12)	(3.562)	11.208
Variação monetária depósito judicial (Nota 17)	6	(6)
Recuperação de créditos de PIS/PASEP e COFINS sobre ICMS, incluindo atualização financeira	-	(527)
Ganho com ressarcimento do GSF	-	(39.690)
Provisão para contingências (Nota 10)	(150)	-
	<b>71.361</b>	<b>40.420</b>
(Aumento) Redução de ativos		
Consumidores, concessionárias e permissionárias (Nota 5)	(1.650)	(1.504)
Tributos compensáveis (Nota 6)	8.946	83
Depósitos judiciais (Nota 7)	(66)	(72)
Outros créditos	86	(91)
	<b>7.316</b>	<b>(1.584)</b>
(Redução) Aumento de passivos		
Fornecedores (Nota 9)	66	(2.408)
Obrigações sociais e trabalhistas	60	(52)
Impostos, taxas e contribuições (Nota 11)	656	963
Imposto de renda e contribuição social (Nota 12)	34.140	18.902
Encargos setoriais (Nota 13)	230	17
Transações com partes relacionadas (Nota 18)	35	(2)
Outras obrigações	(28)	8
	<b>35.159</b>	<b>17.428</b>
<b>CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>113.836</b>	<b>56.264</b>
Imposto renda e contribuição social pagos	(41.275)	(18.595)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>72.561</b>	<b>37.669</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Títulos e valores mobiliários	(11.646)	1.641
Imobilizado e intangível (Nota 8)	(363)	(343)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(12.009)</b>	<b>1.298</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Dividendos pagos	(56.641)	(40.952)
Arrendamentos pagos	(11)	(9)
<b>CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>(56.652)</b>	<b>(40.961)</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>3.900</b>	<b>(1.994)</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	689	2.683
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	4.589	689
	<b>3.900</b>	<b>(1.994)</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Sá Carvalho S.A. (“Companhia” ou “Sá Carvalho”), sociedade anônima de capital fechado, é concessionária de geração de energia elétrica tendo recebido autorização para exploração do potencial hidráulico da Usina Sá Carvalho através da Resolução ANEEL nº 466, de 29 de novembro de 2000, domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, 12º andar, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG – CEP 30.190 – 131.

A Companhia tem por objetivo a produção e comercialização da energia produzida na referida usina, localizada no Rio Piracicaba, no município de Antônio Dias – Minas Gerais e possui a concessão pública federal para a exploração do potencial hidráulico da Usina Sá Carvalho, conforme Contrato de Concessão nº 001/2004.

A Companhia é subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão (“CEMIG GT”). Em 15 de dezembro de 2000, após a aquisição da usina de Sá Carvalho pelo Grupo Cemig, a Companhia iniciou suas operações, com a assinatura do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica com a Aperam Inox América do Sul S.A., para atender parte das necessidades de energia das instalações industriais daquela Companhia em Timóteo – Minas Gerais.

A usina de Sá Carvalho teve sua garantia física revisada de 58 para 56,1 MW médios, a partir de 1º de janeiro de 2018, definidos pela Portaria 178/2017 do Ministério de Minas e Energia.

Em 30 de novembro de 2022, foi publicada a portaria Nº 709/GM/MME onde houve revisão extraordinária de garantia física, alterando de 56,1MW médios para 54,4MW médios.

A Cemig Geração e Transmissão SA, via contratos de compartilhamento de infraestrutura e de engenharia regulados pela ANEEL, presta os serviços administrativos e de operação e manutenção para a Companhia.

### 2. BASE DE PREPARAÇÃO

#### 2.1. Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 30 de abril de 2023, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

## **2.2. Bases de mensuração**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

## **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

## **2.4. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 – Consumidores, concessionárias e permissionárias (Fornecimento não faturado de energia elétrica);
- Nota 8 – Imobilizado e Intangível (Depreciação e amortização);
- Nota 10 – Provisões;
- Nota 15 – Receita (Fornecimento não faturado de energia elétrica).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento



probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

## 2.5. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 01 de janeiro de 2022 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Norma	Principais alterações	Início da vigência
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Especificação de quais custos a entidade precisa incluir quando avalia se um contrato é oneroso. A alteração aplica uma “abordagem de custo relacionado diretamente”, sendo que o custo que se relaciona diretamente com um contrato para fornecer mercadorias ou serviços incluem custos incrementais e uma alocação de custos diretamente relacionado às atividades do contrato. Custos gerais e administrativos não se relacionam diretamente com um contrato e são excluídos a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato.	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Trata da impossibilidade de as entidades deduzirem do custo do bem do ativo imobilizado quaisquer receitas advindas da venda de itens produzidos enquanto o ativo é estabelecido no local e condição necessária para ser capaz de funcionar na forma pretendida pela administração. Essas receitas e custos associados devem ser reconhecidos diretamente no resultado.	01/01/2022
CPC 15 - Combinação de Negócios	Além das mudanças relacionadas à referência à estrutura conceitual, que não alterou significativamente os padrões requeridos, foi acrescentada uma exceção ao princípio de reconhecimento do CPC 15, para evitar o problema dos potenciais ganhos e perdas do “dia 2” decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam no escopo do CPC 25 ou ICPC 19, se incorridos separadamente.	01/01/2022

## 2.6. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Norma	Principais alterações	Início da vigência
CPC 50 – Contratos de seguro, emitida pelo IASB em maio de 2017	A norma, ainda não emitida no Brasil, tem como objetivo geral fornecer um modelo contábil para contratos de seguro, independentemente do tipo de entidade que os emite, que seja mais útil e consistente para as emissoras de seguros, inicialmente não sendo aplicável à Companhia. Essa norma não tem correspondente no Brasil.	01/01/2023
ICPC 26 – Revisão da classificação de passivos como circulantes e não circulantes	Esclarecer, entre outros, o conceito de diferir a liquidação de passivo, além de definir que o direito de diferir deve existir ao final do período de reporte e que a classificação é independente da probabilidade de que a entidade exercerá o seu direito de diferir. Além disso, a revisão determina que somente se o derivativo embutido em um passivo conversível for um instrumento patrimonial os termos do passivo não impactarão a sua classificação.	01/01/2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro – Definição de estimativas contábeis	Esclarecer a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros, bem como como as entidades utilizam as técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.	01/01/2023
CPC 26 Realização de julgamento de materialidade	Auxiliar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis que são mais úteis, por meio da substituição da exigência de divulgação das políticas contábeis significativas para divulgação de políticas contábeis materiais, além de adicionar orientações sobre como a entidade aplica o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre a divulgação de políticas contábeis.	01/01/2023
IAS 12/CPC 32 – Tributo diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	Restringir o âmbito de aplicação da isenção de reconhecimento inicial, de modo que não se aplique a operações que deem origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias, resultando no reconhecimento de um ativo de impostos diferidos e um passivo de impostos diferidos por diferenças temporárias decorrentes do reconhecimento inicial de arrendamentos e provisões para desmantelamento	01/01/2023

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis divulgou a Revisão nº 20/2021, em 4 de julho de 2022, estabelecendo alterações nos pronunciamentos CPC 11 – Contratos de Seguros, CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro, CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, CPC 49 – Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria, CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediárias, CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de

Contabilidade e CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, refletindo as mudanças realizadas nas normas internacionais, com vigência a partir de 2023.

## 2.7. Reagrupamento Demonstrações dos Resultados (DRE)

A Companhia efetuou ajustes de classificação em suas despesas nas Demonstrações dos Resultados, de forma a agregar certos itens de acordo com sua função. A divulgação da natureza das despesas mantém-se apresentada nas respectivas notas explicativas sem alterações. Os referidos ajustes não afetam margens e indicadores representando apenas melhorias propostas pela Administração da Companhia. A fim de manter a comparabilidade, as informações correspondentes ao exercício de 2021 estão sendo apresentadas neste mesmo critério. Tais ajustes foram considerados imateriais pela Companhia.

## 2.8. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis, descritas em detalhe nas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

## 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2022	2021
Bancos conta movimento	737	262
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	105	7
Overnight	3.747	420
<b>TOTAL</b>	<b>4.589</b>	<b>689</b>

Os Certificados de Depósitos Bancários – CDBs pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário – CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, que atinge 99% em 31 de dezembro de 2022 (100% em 31 de dezembro de 2021) conforme operação.

As operações de overnight consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada que variam em 13,62% a 13,64% a.a em 31 de dezembro de 2022 (entre 8,87% a 9,14% em 31 de dezembro de 2021).

### Prática contábil

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia. Mais informações sobre as práticas contábeis estão demonstradas na nota explicativa nº 19.

**4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

	2022	2021
<b>Circulante</b>		
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	2.441	518
Letras Financeiras Bancos - LFs	14.536	7.305
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	5.123	920
Debêntures	127	103
	<b>22.227</b>	<b>8.846</b>
<b>Não circulante</b>		
Letras Financeiras Bancos - LFs	-	1.794
Debêntures	84	25
	<b>84</b>	<b>1.819</b>
	<b>22.311</b>	<b>10.665</b>

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variam entre 103,3% a 110,26% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (entre 105,00% a 130,00% em 31 de dezembro de 2021).

As Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variam entre Taxa Referencial (TR) + 1% e 114,29% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (entre Taxa Referencial (TR) + 1% e 109% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

As aplicações e títulos de partes relacionadas estão demonstrados na nota explicativa nº 18 destas Demonstrações Financeiras.

Os rendimentos destes títulos e valores mobiliários estão devidamente demonstrados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa na atividade de investimentos.

**5. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS**

Classe de consumidor	Saldos a vencer	Saldos vencidos	Total	
	Não faturado	Até 90 dias	2022	2021
Fornecimento industrial	10.829	-	10.829	9.179
<b>Total</b>	<b>10.829</b>	<b>-</b>	<b>10.829</b>	<b>9.179</b>

### Prática contábil

As contas a receber de consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia saldos são reconhecidos inicialmente ao preço de transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzidas das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, e reconhecendo-se os respectivos tributos diferidos. Conforme requerido pelo CPC 48, é efetuada análise do saldo e, quando necessário, são reconhecidas perdas na realização desses ativo. Essa rubrica inclui os respectivos tributos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados tributos a recuperar.

O ajuste para perdas esperadas de créditos com liquidação duvidosa é registrado com base em políticas aprovadas pela Administração. Os principais critérios definidos pela Companhia são: (i) para os consumidores com valores significativos em aberto, o saldo a receber é analisado levando em conta o histórico da dívida, as negociações em andamento e as garantias reais; e (ii) para os grandes consumidores, é feita uma análise individual dos devedores e das iniciativas em andamento para recebimento dos créditos.

## 6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	2022	2021
<b>Circulante</b>		
PIS a recuperar (1)	2.992	80
COFINS a recuperar (1)	14.091	371
ICMS a recuperar	39	75
	<b>17.122</b>	<b>526</b>
<b>Não circulante</b>		
ICMS a recuperar	-	116
PIS a recuperar (1)	11	4.609
COFINS a recuperar (1)	52	20.880
	<b>63</b>	<b>25.605</b>
<b>Total</b>	<b>17.185</b>	<b>26.131</b>

- (1) Créditos oriundos da reversão do PIS/Pasep e da Cofins, pela exclusão do ICMS da base de cálculo dos respectivos tributos. A parcela classificada no ativo circulante possuem processo de homologação concluído e processo de compensação com saldos passivos de PIS/Pasep e Cofins, bem como outros impostos federais. Espera-se que tais créditos sejam consumidos ao longo do próximo exercício.

## 7. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2022	2021
Trabalhistas	188	194
IRRF sobre juros sobre capital próprio	1.316	1.316
Outros	262	190
<b>TOTAL</b>	<b>1.766</b>	<b>1.700</b>

**8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL**

	Taxa média anual de depre- ciação (%)	2022			2021		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
<b>Em serviço</b>		<b>218.813</b>	<b>(117.156)</b>	<b>101.657</b>	<b>218.433</b>	<b>(111.256)</b>	<b>107.177</b>
Custo histórico	2,72	218.813	(117.156)	101.657	218.433	(111.256)	107.177
Intangível		40.015	(11.602)	28.413	40.015	(3.954)	36.061
	-	<b>258.828</b>	<b>(128.758)</b>	<b>130.070</b>	<b>258.448</b>	<b>(115.210)</b>	<b>143.238</b>
<b>Em curso</b>							
Geração		1.799	-	1.799	1.816	-	1.816
<b>Total imobilizado</b>		<b>220.612</b>	<b>(117.156)</b>	<b>103.456</b>	<b>220.249</b>	<b>(111.256)</b>	<b>108.993</b>
<b>Total imobilizado + intangível</b>		<b>260.627</b>	<b>(128.758)</b>	<b>131.869</b>	<b>260.264</b>	<b>(115.210)</b>	<b>145.054</b>

A movimentação do imobilizado e do intangível é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Valor bruto em 31/12/2022	Deprec./ amort. acum.	Valor líquido em 31/12/2022
<b>Intangível</b>	<b>325</b>	-	-	-	<b>325</b>	<b>(220)</b>	<b>105</b>
Ativos da concessão - GSF	39.690	-	-	-	39.690	(11.382)	28.308
	<b>40.015</b>	-	-	-	<b>40.015</b>	<b>(11.602)</b>	<b>28.413</b>
<b>Imobilizado</b>							
Terrenos, o. civis, benfeitorias e edificações	114	-	-	-	114	-	114
Reservatórios, barragens e adutoras	104.708	-	-	38	104.746	(55.565)	49.181
Edificações, obras civis e benfeitorias	20.572	-	-	-	20.572	(6.737)	13.835
Máquinas e equipamentos	93.012	-	-	342	93.354	(54.834)	38.520
Móveis e utensílios	27	-	-	-	27	(20)	7
<b>Em Serviço</b>	<b>218.433</b>	-	-	<b>380</b>	<b>218.813</b>	<b>(117.156)</b>	<b>101.657</b>
<b>Em curso</b>	<b>1.816</b>	<b>363</b>	-	<b>(380)</b>	<b>1.799</b>	-	<b>1.799</b>
<b>Total do Imobilizado</b>	<b>220.249</b>	<b>363</b>	-	-	<b>220.612</b>	<b>(117.156)</b>	<b>103.456</b>
<b>Total Imobilizado + Intangível</b>	<b>260.264</b>	<b>363</b>	-	-	<b>260.627</b>	<b>(128.758)</b>	<b>131.869</b>

	Valor bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Valor bruto em 31/12/2021	Deprec./ amort. acum.	Valor líquido em 31/12/2021
<b>Intangível</b>	<b>325</b>	-	-	-	<b>325</b>	<b>(161)</b>	<b>164</b>
Ativos da concessão - GSF	-	39.690	-	-	39.690	(3.793)	35.897
	<b>325</b>	<b>39.690</b>	-	-	<b>40.015</b>	<b>(3.954)</b>	<b>36.061</b>
<b>Imobilizado</b>							
Terrenos, o. civis, benfeitorias e edificações	114	-	-	-	114	-	114
Reservatórios, barragens e adutoras	104.708	-	-	-	104.708	(53.061)	51.647
Edificações, obras civis e benfeitorias	20.535	-	-	37	20.572	(6.153)	14.419
Máquinas e equipamentos	92.967	-	-	45	93.012	(52.024)	40.988
Móveis e utensílios	27	-	-	-	27	(18)	9
<b>Em Serviço</b>	<b>218.351</b>	-	-	<b>82</b>	<b>218.433</b>	<b>(111.256)</b>	<b>107.177</b>
<b>Em curso</b>	<b>1.555</b>	<b>343</b>	-	<b>(82)</b>	<b>1.816</b>	-	<b>1.816</b>
<b>Total do Imobilizado</b>	<b>219.906</b>	<b>343</b>	-	-	<b>220.249</b>	<b>(111.256)</b>	<b>108.993</b>
<b>Total Imobilizado + Intangível</b>	<b>220.231</b>	<b>40.033</b>	-	-	<b>260.264</b>	<b>(115.210)</b>	<b>145.054</b>

A Companhia avaliou o ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e não identificou indícios de perda de valor recuperável.

O contrato de concessão prevê que ao final do prazo da concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia, de forma que a Administração entende que o valor contábil do imobilizado não depreciado ao final da concessão será reembolsável pelo Poder Concedente.

### Prática contábil

São avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, e encargos financeiros capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em consórcio pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, limitadas, em determinadas situações ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento de sua baixa.

### Redução ao valor recuperável

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas,

operacionais ou tecnológicas dos seus ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGC's) que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

### **Repactuação do Risco Hidrológico (Generation Scaling Factor - GSF)**

Em 09 de setembro 2020 foi publicada a Lei nº 14.052, que alterou a Lei nº 13.203/2015, estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. A referida compensação dar-se-á mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

Em 1º de dezembro de 2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel nº 895, que estabeleceu a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico. Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, (ii) renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE, e (iii) não ter repactuado o risco hidrológico nos termos da Lei nº 13.203/2015.

Em 03 de agosto de 2021, a Aneel homologou, por meio da Resolução Homologatória nº 2.919/2021, o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, que repactuaram o risco hidrológico por meio da Resolução nº 684/2015. A ReH nº 2.919/2021 foi alterada em 08 de setembro pela Resolução Homologatória nº 2.931.

Em 11 de junho de 2021, o Conselho de Administração da Cemig GT autorizou a renúncia de eventual processo judicial centrado no MRE, bem como a assinatura do Termo de Aceitação aos termos da Lei nº 14.052/2020, para as usinas dos Contratos de Concessão da Cemig GT e subsidiárias. Com a aprovação do Conselho de Administração da adesão aos termos da Lei, a Companhia reconheceu um ativo intangível referente ao direito à extensão da outorga, em contrapartida à rubrica “Custos operacionais – Recuperação de custos – Risco hidrológico”, no montante de R\$39.690, conforme tabela abaixo:

	Taxa média anual de amort. (%)	2022			2021		
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
<b>Em serviço</b>		39.690	(11.382)	28.308	39.690	(3.794)	35.896
Ativos da concessão - GSF	20	39.690	(11.382)	28.308	39.690	(3.794)	35.896
<b>Em curso</b>		-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>		39.690	(11.382)	28.308	39.690	(3.794)	35.896

A amortização do ativo intangível é linear, pelo novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado, para cálculo do novo período de amortização.

A movimentação do intangível é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Adições líquidas = (A) – (B) + (C)	Valor bruto em 31/12/2022	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2022
<b>Em serviço</b>	39.690	-	-	-	-	39.690	(11.382)	28.308
Ativos da concessão - GSF	39.690	-	-	-	-	39.690	(11.382)	28.308
<b>Em curso</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	39.690	-	-	-	-	39.690	(11.382)	28.308

O valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado, conforme tabela abaixo, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais, baseando-se em premissas internas da Companhia, em relação aos valores futuros.

Agente/Usina	Ativo intangível – Direito de extensão da outorga	Fim da concessão	Extensão em dias	Novo fim da concessão
Sá Carvalho	39.690	01/12/2024	634	27/08/2026

### Prática contábil

Compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços descritos anteriormente e *softwares*. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangível, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na demonstração de resultado.



**9. FORNECEDORES**

	2022	2021
<b>Circulante</b>		
Suprimento de energia elétrica – CCEE	1.020	198
Materiais e serviços	1.503	2.259
	<b>2.523</b>	<b>2.457</b>

A Companhia reconhece obrigações provenientes de contratos com a Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”), conforme apresentado na nota explicativa nº 18 destas Demonstrações Financeiras.

**10. PROVISÕES**

	2021	Adições	Reversões	Liquidações	2022
<b>Provisões</b>					
Honorários de êxito	150	-	(150)	-	-
	<b>150</b>	-	<b>(150)</b>	-	-

Os passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial, são:

- R\$618 (R\$580 em 2021) referente a auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL nos exercícios de 2008 e 2009, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas;
- R\$1.273 (R\$1.148 em 2021) referente às ações de natureza trabalhista, onde se discute a abstenção de contratação de empregados sem prévia aprovação em concurso, verbas rescisórias e adicional de periculosidade;
- R\$174 (R\$164 em 2021) referente à não homologação de compensação de crédito tributário federal (Cofins) pelo reconhecimento da insuficiência do crédito tributário;
- R\$150 (R\$132 em 2021) referente a ações ambientais em decorrência de supostas irregularidades em função de sua operação.
- R\$50 (R\$45 em 2021) referente a processo administrativo por inconformidade na homologação do PER/DCOM.
- R\$138 (R\$0 em 2021) referente a processos de responsabilidade civil, onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios.

A Administração acredita que eventuais desembolsos, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

## 11. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	2022	2021
<b>Circulante</b>		
PIS/Pasep	263	250
Cofins	1.409	1.344
ICMS	2.414	2.043
ISSQN	78	34
INSS	362	341
Outros	201	59
	<b>4.727</b>	<b>4.071</b>

## 12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### a) Imposto de renda e contribuição social

	2022	2021
<b>Circulante</b>		
Imposto de renda	7.129	12.653
Contribuição social	2.854	4.343
<b>Total</b>	<b>9.983</b>	<b>16.996</b>

### b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia possui créditos tributários de imposto de renda, constituídos à alíquota de 25%, e contribuição social, constituídos à alíquota de 9%, referentes aos efeitos de diferenças temporárias relacionadas ao seguintes itens:

	2022	2021
<b>Passivos fiscais diferidos</b>		
Custo atribuído	(16.138)	(17.121)
Ressarcimento de custos do GSF	(9.625)	(12.205)
	<b>(25.763)</b>	<b>(29.326)</b>
<b>Total do passivo líquido</b>	<b>(25.763)</b>	<b>(29.326)</b>

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

	2022	2021
<b>Saldo inicial</b>	<b>(29.326)</b>	<b>(18.118)</b>
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados	3.562	(11.208)
<b>Saldo final</b>	<b>(25.763)</b>	<b>(29.326)</b>

**c) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social:**

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda e da contribuição social com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	2022	2021
Lucro antes dos impostos	92.205	89.827
Imposto de renda e contribuição social – Despesa nominal	(37.333)	(30.517)
Contribuições e doações indedutíveis	(1.015)	(182)
Incentivos fiscais	524	548
Outros		(1)
<b>Imposto de renda e contribuição social - Despesa efetiva</b>	<b>(37.824)</b>	<b>(30.152)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>34%</b>	<b>33,57%</b>
<b>Corrente</b>	<b>(34.262)</b>	<b>(18.944)</b>
<b>Diferido</b>	<b>(3.562)</b>	<b>(11.208)</b>

**Prática contábil**

A despesa com imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) representa a soma dos tributos correntes e diferidos, que são apresentados de forma segregada nas demonstrações financeiras. A Companhia está sujeita ao regime do lucro real de apuração dos tributos sobre o resultado.

Os tributos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes são reconhecidos no patrimônio líquido.

**Corrente**

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

**Diferido**

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

**13. ENCARGOS SETORIAIS**

	2022	2021
<b>Circulante</b>		
Reserva Global de Reversão - RGR	2.487	2.583
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	24	23
Empresa de Pesquisa e Expansão do Sistema Energético – EPE/MME	39	33
Compensação Financeira Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	459	478
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	391	272
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	79	67
CDE sobre P&D	23	19
	<b>3.502</b>	<b>3.475</b>
<b>Não circulante</b>		
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	2.264	2.061
	<b>2.264</b>	<b>2.061</b>
<b>TOTAL</b>	<b>5.766</b>	<b>5.536</b>

**14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 era de R\$36.833 subscrito e integralizado, constituído por 361.200.000 (trezentos e sessenta e um milhões, duzentos mil) ações, sendo 120.401.400 (cento e vinte milhões, quatrocentos e um mil e quatrocentas) ações ordinárias e 240.798.600 (duzentos e quarenta milhões, setecentos e noventa e oito mil e seiscentas) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão – Cemig GT.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

**a) Reservas de lucros**

A composição da conta de reservas de lucros é demonstrada como segue:

	2022	2021
<b>Reservas de lucros</b>		
Reserva legal	7.367	7.367
Reserva de lucros (Dividendos adicionais propostos)	31.735	30.820
	<b>39.102</b>	<b>38.187</b>

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia não constituiu reserva legal em 2022, uma vez que está limitada a 20% do capital social.

Reserva de proposta de distribuição de dividendos adicionais

A Companhia registrou na reserva de lucros o montante de R\$31.735 referentes a dividendos propostos pela Administração que excedem a 50% do lucro líquido do exercício, dividendo mínimo previsto no estatuto social a serem transferidos para o passivo, como dividendos a pagar, após a aprovação na Assembleia Geral Ordinária - AGO.

**b) Reserva de ajustes de avaliação**

Os valores registrados como custo atribuído dos ativos de geração devem-se à avaliação dos ativos de geração, com a definição do seu valor justo pelo custo de reposição na adoção inicial das normas contábeis internacionais em 1º de janeiro de 2009, quando tal avaliação implicou em um aumento no valor desses ativos, com o registro na conta específica do Patrimônio Líquido.

**c) Dividendos**

O estatuto social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma legal a título de estatutários, após a compensação dos prejuízos acumulados.

O cálculo dos dividendos propostos para distribuição aos acionistas referente ao resultado está demonstrado abaixo:

	2022	2021
<b>Dividendos obrigatórios</b>		
Resultado do exercício	61.505	59.675
Realização do custo atribuído	1.966	1.966
	<b>63.471</b>	<b>61.641</b>
Dividendos mínimos obrigatórios - 50%	31.736	30.821
Dividendos intermediários	-	5.000
Dividendos obrigatórios	30.923	25.821
Dividendos adicionais propostos	31.735	30.820
Juros sobre capital próprio	813	-
<b>Total dos dividendos</b>	<b>62.658</b>	<b>61.641</b>

Destinação do resultado de 2022 – Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária – AGO, a ser realizada em 2023, que, ao resultado do exercício no montante de R\$61.505, e do saldo de lucros acumulados no valor de R\$1.966, referente à realização da reserva de ajustes de avaliação, seja dada a seguinte destinação:

- R\$30.923 para pagamento de dividendos obrigatórios; e,
- R\$31.735 para pagamento de dividendos adicionais.
- R\$813 em para pagamento de juros sobre capital próprio.

**15. RECEITA**

	2022	2021
Fornecimento bruto de energia elétrica (a)	161.364	140.821
Deduções à receita operacional (b)	(45.263)	(39.387)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>116.101</b>	<b>101.434</b>

**a) Fornecimento bruto de energia elétrica**

	R\$	
	2022	2021
Fornecimento Industrial	159.664	135.407
Fornecimento – Não faturado	1.651	1.731
Transações com energia na CCEE	49	3.683
<b>Total</b>	<b>161.364</b>	<b>140.821</b>

O contrato de compra e venda de energia assinado com a Aperam Inox América do Sul S.A prevê faturamento a preços mensais fixos, atualizados monetariamente em bases anuais pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas.

**Deduções à receita operacional**

	2022	2021
Cofins	10.079	8.816
Pasep	2.188	1.914
ICMS	28.740	24.373
Reserva Global de Reversão – RGR	1.102	1.191
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	1.022	889
Taxa de Fiscalização Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	280	261
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	1.852	1.943
<b>TOTAL</b>	<b>45.263</b>	<b>39.387</b>

**Prática contábil**

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são contabilizadas quando há o fornecimento de energia elétrica. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no fornecimento contratado. As diferenças entre os

valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

## 16. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

### Energia elétrica comprada para revenda

	2022	2021
Energia de curto prazo - CCEE	5.419	6.422
Energia adquirida no ambiente livre	-	30.652
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(501)	(3.430)
	<b>4.918</b>	<b>33.644</b>

### Custos de operação

	2022	2021
Pessoal	1.423	1.297
Materiais	659	629
Serviços de terceiros	5.941	4.395
Depreciação	13.551	9.750
Outros custos operacionais	(16)	157
	<b>21.558</b>	<b>16.228</b>

### Despesas operacionais

	2022	2021
Despesas gerais e administrativas	1.876	1.910
Outras despesas operacionais, líquidas	825	753
	<b>2.701</b>	<b>2.663</b>
<b>Custo total</b>	<b>26.511</b>	<b>49.732</b>
<b>Despesa operacional</b>	<b>2.701</b>	<b>2.663</b>
<b>TOTAL</b>	<b>29.212</b>	<b>52.395</b>

## 17. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2022	2021
<b>Receitas financeiras</b>		
Renda de aplicação financeira	4.555	946
Variação monetária depósito judicial	(6)	6
Pasep e Cofins sobre receitas financeiras	(287)	(70)
Atualização de créditos de PASEP/COFINS sobre ICMS	1.611	553
Outras receitas financeiras	10	3
	<b>5.883</b>	<b>1.438</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Variação monetária	(299)	(98)
Juros passivo de arrendamentos	(10)	(9)
Outras despesas financeiras	(258)	(233)
	<b>(567)</b>	<b>(340)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>5.316</b>	<b>1.098</b>

**Prática contábil**

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias.

**18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
<b>Controlador</b>								
<b>Cemig Geração e Transmissão</b>								
<b>Circulante</b>								
Convênio de compartilhamento (1)	-	-	286	251	-	-	(913)	(784)
Convênio de compartilhamento - O&M (2)	-	-	164	278			(2.728)	(2.812)
Prestação de serviços (3)	-	-			-	-		(388)
<b>Juros sobre capital próprio e dividendos</b>								
Dividendos				25.821	-	-		-
Juros sobre capital próprio			691	-				
<b>Outras partes relacionadas</b>								
<b>Cemig Distribuição</b>								
<b>Circulante</b>								
Operação com energia elétrica (4)					-	-	(42)	(44)
<b>FIC Pampulha</b>								
<b>Circulante</b>								
Caixa e equivalentes	3.746	420			-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	22.227	8.846			-	596	93	-
<b>Não circulante</b>								
Títulos e valores mobiliários	84	1.819			-	-	-	-

As condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

- (1) Convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- (2) Convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020. Inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica;
- (3) Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção de usina vigente até a entrada em vigor do convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020;
- (4) As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).



## Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações do Grupo Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e valores mobiliários” no ativo circulante e não circulante, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo, 1,20% em 31 de dezembro de 2022 (0,50% em 31 de dezembro de 2021).

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

## Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 são demonstrados na tabela abaixo:

	2022	2021
Remuneração	78	73
Participação nos resultados	18	12
Previdência privada	3	2
<b>Total</b>	<b>99</b>	<b>87</b>

## 19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

### a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2022		2021	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos</b>					
<b>Custo amortizado</b>					
Consumidores, concessionárias e permissionárias		10.829	10.829	9.179	9.179
Títulos e valores mobiliários		3.193	3.193	5.597	5.597
Depósitos judiciais		1.766	1.766	1.700	1.700
		<b>15.788</b>	<b>15.788</b>	<b>16.476</b>	<b>16.476</b>
<b>Valor justo por meio do resultado</b>					
Equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	2	3.852	3.852	427	427
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	2	2.441	2.441	518	518
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	11.554	11.554	3.630	3.630
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	5.123	5.123	920	920
		<b>22.970</b>	<b>22.970</b>	<b>5.495</b>	<b>5.495</b>
		<b>38.758</b>	<b>38.758</b>	<b>21.971</b>	<b>21.971</b>

Passivos					
<b>Custo amortizado</b>					
Fornecedores		(2.523)	(2.523)	(2.457)	(2.457)
Arrendamentos		(90)	(90)	(83)	(83)
		<b>(2.613)</b>	<b>(2.613)</b>	<b>(2.540)</b>	<b>(2.540)</b>

A Companhia não operou instrumentos financeiros derivativos em 2022 e 2021.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

### Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

## **b) Gestão de riscos**

### **Risco de crédito**

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

### ***Risco de taxa de juros***

Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

### **Risco de liquidez**

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações de overnight remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas, incluindo as atualizações monetárias até as datas de vencimentos contratuais, está apresentado conforme abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>- Pré-fixadas</b>						
Fornecedores	2.098	425	-	-	-	<b>2.523</b>
Arrendamentos	1	2	9	48	214	<b>274</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.099</b>	<b>427</b>	<b>9</b>	<b>48</b>	<b>214</b>	<b>2.797</b>

### Outros riscos não financeiros monitorados pela administração

#### Risco de não renovação das concessões

A Companhia possui concessão para exploração dos serviços de geração de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que seja renovada pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia. Caso a renovação da concessão não seja deferida pelos órgãos reguladores ou mesmo renovada mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (“concessão onerosa”), os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

\* \* \* \* \*

Thadeu Carneiro da Silva  
Diretor-Presidente

Demétrio Alexandre Ferreira  
Diretor

Leonardo George Magalhães  
Diretor

Mário Lúcio Braga  
Superintendente de Controladoria  
CRC-MG-47.822

José Guilherme Grigolli Martins  
Gerente de Contabilidade Financeira e  
Participações  
Contador - CRC - 1SP/242451-O4

## **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os Conselheiros Fiscais da Sá Carvalho S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2022, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer e os esclarecimentos prestados pelos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2023.

Belo Horizonte, 30 de abril de 2023.

Eduardo José de Souza

Paulo César Teodoro Bechtluft

Francisco Luiz Moreira Penna

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

**Aos Diretores e Acionistas da**

**Sá Carvalho S.A.**

**Belo Horizonte- MG**

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sá Carvalho S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sá Carvalho S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Outros assuntos

### Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 29 de abril de 2022, sem modificação.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta

estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as



divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 30 de Abril de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Thiago Rodrigues de Oliveira  
Contador CRC 1SP259468/O-7